**Previdência Social e Demografia**

**Quantificando o Bônus Demográfico na Previdência entre 2002-12**

Daniel Vasconcellos Archer Duque\*

**Resumo**

Este artigo quantifica os efeitos do primeiro e segundo Bônus Demográfico sobre o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no Brasil de 2002 a 2012. Após a apresentação da melhoria dos dados de Saúde Orçamentária do Instituto, cuja razão de arrecadação sobre despesa passou de 80% para 96,1%, aufere-se que tal relação melhorou exclusivamente devido ao grande aumento do número de contribuintes em relação ao de beneficiários. Decompondo-se a variação positiva de 56% do número de contribuintes por grupo de idade, segundo os dados da PNAD, realiza-se um exercício contrafactual de uma situação sem o Bônus Demográfico, que reduz a magnitude do crescimento para 29,4%, levando a razão de arrecadação sobre despesa do INSS para 76,5% em 2012.

**Abstract**

This paper quantifies the effects of the first and second demographic bonus in the National Social Security Institute of Brazil from 2002 to 2012. After presenting the data showing an improvement of the financial health of the Institute, whose ratio of revenue over expenses increased from 80% to 96.1%, it's demonstrated that this ratio improved only due to the large increase in the number of taxpayers in relation to the beneficiaries. Decomposing the positive variation of 56% in the number of taxpayers by age groups, according to data from the National Household Survey, it's build a contrafactual exercise of a situation without the Demographic Bonus, which reduces the magnitude of growth to 29.4%, bringing the ratio of revenue over expenses to 76.5% in 2012.

**Palavras-chave:** Previdência Social; Demografia; Bônus Demográfico

**Keywords:** Social Security; Demography; Demographic Bonus

**Área ANPEC: Área 5**

**Classificação JEL: H55; J11; J21**

* Discente do Instituto de Economia da UFRJ

1. Introdução

Data-se já cerca de um século desde que o conceito de Seguridade Social tomou corpo e crescente importância nas políticas públicas de diversos países mundo afora. O Sistema de Seguridade e Previdência Social foi amplamente adotado por diversos países ao longo do Século XX, no qual o Estado assumia a responsabilidade de garantir uma determinada proteção aos trabalhadores de situações que comprometessem suas atividades laborais, principalmente doenças e idade avançada.

Com a criação de diversas instituições multilaterais ao longo do século, os desenhos institucionais desse sistema de proteção ao trabalhador passaram porsucessivosdebates e questionamentosconforme os países viviam as duas Transições Demográficas[[1]](#footnote-2), amargando um crescente peso da Previdência Social sobre as contas públicas. O direito previdenciário, como componente do Sistema de Seguridade Social, passa desde então por inúmeras modificações mundo a fora já a partir da década de 80, sendo ainda constantemente revisitado e debatido a nível intra e internacional, por suas relações com o crescimento econômico e as mudanças demográficas nos países.

De fato, já há muito se estuda os efeitos das mudanças da estrutura demográfica em diversas sociedades. Demógrafos e economistas pesquisam incessantemente a cerca das consequências das mudanças demográficas sobre o crescimento econômico de longo prazo, englobando também, por vezes, as relações benéficas e adversas entre o envelhecimento da população e os Sistemas de Seguridade Social.

Uma transição na estrutura etária da população acarreta no chamado Bônus Demográfico sobre a economia, que se refere à combinação de dois fenômenos, um sucessivo ao outro. O primeiro corresponde a uma variação positiva persistente – marginalmente crescente no primeiro momento e marginalmente decrescente no segundo – da População em Idade Ativa (PIA), com capacidade laboral.

Já o segundo fenômeno, evidenciado por Mason e Lee (2004) se refere ao próprio envelhecimento da PIA, que, condicionalmente a uma série de fatores, tende a gerar riqueza por acumulação de capital físico (poupança) e humano (experiência e escolaridade). No que se refere à Seguridade Social, o envelhecimento da PIA acarreta em um Bônus Demográfico devido às melhores condições no mercado de trabalho experimentadas por essa população, causadas pelos progressivos níveis de capital humano. Tais condições favoráveis tendem a elevar a quantidade de contribuintes, gerando o segundo fenômeno do Bônus Demográfico sobre esse sistema.

Devido a um atraso no debate orçamentário, aliado a falhas institucionais persistentes, o Brasil, apesar de contar com uma população ainda relativamente jovem, amarga um sistema de seguridade ainda deficitário. Segundo Mansueto (2013), as despesas previdenciárias corresponderam por cerca de 40% de todos gastos não-financeiros do Governo Federal, limitando em grande parte o esforço por incrementar o investimento público, atualmente na ordem de 1% do PIB.

O relevante *déficit* do INSS, segundo Tiberto e Mendonça (2012), contribui substancialmente para o *déficit* do setor público, comprometendo qualquer esforço de poupança pública, além de limitar o *superávit* primário, impedindo em certo grau a redução de juros no país. Já Turra e Queiroz (2005) atentam para o fato de que *déficits* no sistema de seguridade social impedem maiores investimentos em capital humano, além de dificultarem a poupança privada, podendo acarretar em uma substancial redução, se não reversão, do bônus demográfico para o crescimento econômico.

Muito do atraso no debate da sustentabilidade do Sistema de Seguridade Social se deve a uma mudança recente de tendência de elevação para estabilização do peso da Previdência sobre as contas públicas entre os anos de 2007 a 2011[[2]](#footnote-3), ocasionada por diversos fatores macro conjunturais que provavelmente não se manterão no tempo. Dentre estes, as mudanças demográficas apresentam das mais relevantes influências sobre a trajetória orçamentária da Previdência Social, tendo estado entre os protagonistas do menor peso previdenciário sobre o déficit público.

Este artigo mensura o efeito do primeiro e segundo dividendos demográficos sobre o Sistema de Seguridade Social, especificamente no que se refere ao número de contribuintes do INSS. Ao longo do artigo a variação no número de contribuintes entre 2002 e 2012 sofrerá duas decomposições distintas, de modo a observar que primeiro Bônus Demográfico elevou o taxa de aumento dos contribuintes em 62%, enquanto o segundo o elevou 25%, de modo que, sem tais dividendos, a variação do número de contribuintes cairia de 56% no período para 29,4%. Por fim, um exercício contrafactual mostra que, sem o Bônus Demográfico sobre a Previdência, a razão da Arrecadação sobre a Despesa do INSS, ao invés de crescer de 80% para 96,1%, cairia para 76,5%.

Esse artigo está organizado em quatro seções além desta introdução. A seção 2 faz uma análise descritiva dos dados, evidenciando a trajetória da Previdência e da estrutura etária no Brasil, a seção 3 apresenta a metodologia utilizada para as decomposições necessárias à mensuração do Bônus Demográfico, a seção 4 apresenta os resultados obtidos e, por fim, a seção 5 contém a conclusão do artigo.

2. Dados

Esse artigo, em seu primeiro momento, utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para determinar o efeito do Bônus Demográfico no aumento do número de contribuintes de 2002 a 2012. Segundo os dados amostrais, resumidos na Tabela 1, tal variação registrou a marca de 4,6% ano a ano, enquanto a População em Idade Ativa se elevou 1,3% a.a[[3]](#footnote-4), ao mesmo tempo em que a População Total experimentou um aumento de 1,2% a.a.

**Tabela 1: Taxa de Crescimento das Variáveis**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variação | 2002-2012 | ano a ano |
| Contribuintes | 56% | 4,6% |
| PIA | 14,2% | 1,3% |
| POP | 12,4% | 1,2% |

Fonte: PNAD; Elaboração própria

Os dados mostram, portanto, um aumento da População em Idade Ativa maior do que na população brasileiratodos os anos entre 2002 e 2011, o que caracteriza justamente o primeiro bônus demográfico, o qual o país ainda está logrando passar. Já Gráfico 1 mostra tanto a taxa de População em Idade Ativa em relação a toda população amostral, quanto a taxa de beneficiários do INSS e contribuintes ocupados, cada um com trajetórias divergentes, sugerindo uma influência demográfica sobre as variáveis previdenciárias.

Fonte: PNAD; Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS); Elaboração própria

No entanto, apesar da trajetória descendente da razão beneficiários e contribuintes do INSS, que é positiva, o Gráfico 2 revela que a Previdência Social brasileira mantém um expressivo *déficit*[[4]](#footnote-5). Tal desempenho previdenciário se coloca no contexto em questão, no qual, além dos benefícios demográficos, houve razoável crescimento econômico, com uma taxa de crescimento real médio do PIB de 3,53% a.a., além de expressiva melhora do mercado de trabalho, como registrado por Saboia (2013) e Barbosa Filho (2012).

Fonte: Dataprev; Secretaria do Tesouro Nacional

Para além do crescente número de potenciais trabalhadores, a própria estrutura etária brasileira passa por significativa transformação entre 2002 e 2012, como revela o Gráfico 3. Enquanto se reduz a participação da população jovem – de 10 a 24 anos – e se mantém estável o peso da população de 25 a 39 anos, cresce expressivamente a porcentagem da população acima de 40 anos. O que se vê de fato, é uma inversão da participação das extremidades etárias nesse período de dez anos, nos quais as três faixas mais jovens decresceram de 38% para 32% da população total, enquanto as três mais idosas avançaram de 30% para 36% um decênio depois.

Fonte: PNAD; Elaboração Própria

Esse envelhecimento da População em Idade Ativa acarreta também em mudanças no Mercado de Trabalho, devido ao capital humano que se acumula ao longo da vida, permitindo aos trabalhadores encontrar melhores postos de trabalho, com formalidade e maiores salários. Com isso, a Previdência Social é beneficiada indiretamente nesse primeiro momento pelo envelhecimento da população. Esse bônus demográfico é progressivamente neutralizado pelo maior crescimento da população de 60 anos ou mais, que apresenta menor participação no Mercado de Trabalho e maior grau de dependência das transferências da aposentadoria. Esse efeito, no entanto, ainda não foi registrado no país pelos dados da PNAD, que registrou o avanço de 3,8% para 5,1% apenas dessa faixa etária na população no espaço de dez anos.

Para melhor demonstrar os efeitos demográficos sobre o Mercado de Trabalho, os Gráficos 4, 5 e 6 mostram graficamente as taxas de formalidade[[5]](#footnote-6), ocupação e participação[[6]](#footnote-7) por faixa de idade, tanto em 2002 quanto em 2012. Enquanto a primeira e a última se comportam de forma similar, com seus maiores níveis na população de 25 a 39 anos, decrescendo tanto para os mais jovens quanto para os mais idosos, a taxa de ocupação se inicia elevada no primeiro período de idade ativa (10 a 14 anos), devido principalmente à abundância de empregos informais e ilegais disponíveis e potenciais trabalhadores dessa faixa etária, porém, a partir da sua redução na população de 15 anos, passa a ter trajetória crescente até a última faixa etária (60 anos ou mais), com mais de 95% da população ocupada.

Fonte: PNAD; Elaboração própria

Fonte: PNAD; Elaboração Própria

Fonte: PNAD; Elaboração Própria

Evidenciados os efeitos das mudanças demográficas sobre o Mercado de Trabalho, é possível, a partir de métodos de decomposição, quantificar esse efeito na variação do número de contribuintes da Previdência, no período 2002-12, e, através das projeções populacionais do IBGE, estimar o quanto esse Bônus Demográfico irá afetar futuramente a Previdência, com menor ou maior impacto. O Gráfico 7 revela o quão rápido será envelhecimento da população, com as faixas etárias acima de 40 anos passando a corresponder por cerca de metade da conjunto total até 2032.

Fonte: Projeções Populacionais (IBGE); Elaboração Própria

3. Metodologia

A Saúde Orçamentária do INSS pode ser indicada, como no Gráfico 2, pela razão da arrecadação sobre a despesa, que, seguindo a metodologia de Abi-Ramia (2014), pode ser decomposta pela 1- alíquota média de contribuição; 2- razão do salário médio sobre o benefício médio e; 3- razão de contribuintes sobre beneficiários, como expressa a identidade abaixo.

(1)

A Alíquota Média e o Benefício Médio da Previdência partem de políticas fiscais razoavelmente arbitrárias, devido a decisões essencialmente políticas. Já o salário médio e o número de beneficiários dependem de diversos fatores razoavelmente imprevisíveis do Mercado de Trabalho. Logo, a evolução do número de contribuintes torna-se a melhor opção para estimar o Bônus Demográfico sobre o balanço orçamentário da Previdência Social.

Outro algoritmo simples pode ser utilizado para decompor a evolução do número de contribuintes, de modo a evidenciar facilmente o primeiro Bônus Demográfico sobre a Previdência Social:

(2)

Em que:

(Cont./PO) é a proporção de contribuintes em relação à população ocupada, quase complemento da taxa de informalidade, sendo chamada, portanto, de taxa de formalidade[[7]](#footnote-8),

(PO/PEA) é a taxa de ocupação (complemento da taxa de desemprego),

(PEA/PIA) é a taxa de participação e

(PIA) é a População em Idade Ativa[[8]](#footnote-9).

Tomando os termos da expressão acima como logaritmos, a fim de torná-la aditiva, e subtraindo-se os resultados de um período do tempo ao seu imediatamente anterior, é possível decompor as variações do número de contribuintes atribuíveis a cada um dos componentes da identidade. Evidenciando-se a participação do crescimento do PIA na variação do nº de contribuintes, chega-se ao primeiro Bônus Demográfico com o qual a Previdência Social se beneficia.

Para se estimar o efeito do segundo Bônus Demográfico sobre a Previdência Social, há de se fazer uma decomposição das três primeiras expressões do algoritmo, de modo a captar o efeito da composição etária da população sobre as taxas de formalização, ocupação e participação. Para tal, se utilizará metodologia semelhante à de Barbosa Filho e Moura (2012), definindo a taxa de formalidade da seguinte maneira:

(3)

A taxa de formalidade pode (tanto quanto as outras) ser decomposta em dois termos, expressos a seguir:

1. Efeito Nível: Refere-se à taxa de formalidade dentro das faixas etárias da População Ocupada

Por exemplo, a taxa de formalidade aumentou, pois a taxa de formalidade dentro da População Ocupação de diferentes faixas etárias caiu. Portanto, o efeito nível mensura a variação da taxa de formalidade dentro de uma determinada faixa etária sobre a taxa de formalidade agregada

1. Efeito Composição: Refere-se à taxa de formalidade devido a uma mudança na composição etária da População Ocupada.

Por exemplo, a taxa de formalidade aumentou, pois cresceu a parcela da População Ocupada mais velha, que normalmente possui maior experiência no mercado de trabalho e, ocasionalmente, maior escolaridade. Portanto, o efeito composição mensura a variação da participação de uma faixa etária no mercado de trabalho sobre a taxa de formalidade.

A decomposição entre Efeito Nível e Efeito Composição, segundo Barbosa Filho e Pessôa (2012), ocorre da seguinte forma:

 (4)

 (5)

no qual a participação de cada faixa etária *i* é dada por  e a taxa de formalidade dentro de cada grupo *i* é dada por

A partir da definição de taxa de formalidade acima, é possível decompô-la em composição e nível da formalidade. Com isso, pode-se mensurar a influência dos dois componentes na variação da formalidade, segundo a seguinte fórmula:

 (6)

 (7)

Adicionando e subtraindo o termo do primeiro colchete e adicionando e subtraindo o termo do segundo colchete, tem-se:



 (8)

 (9)

A mesma metodologia é utilizada para as taxas de ocupação e participação, a fim de mensurar o Bônus Demográfico sobre todas as variáveis correspondentes ao número de contribuintes. Com tais informações, é possível simular qual seria sua variação entre 2002 e 2012 sem a elevação do PIA ou a mudança na estrutura etária do Mercado de Trabalho.

1. Análise dos Resultados

Como visto anteriormente, a razão entre a arrecadação e a despesa do INSS passou de 80% para 96,1% entre 2002 e 2012, mostrando uma variação positiva de sua saúde financeira. O Gráfico 8 ilustra a trajetória das variáveis que formam a identidade da razão anterior, mostrando que, enquanto a alíquota média da Previdência permaneceu constante, e a razão do Salário Médio sobre o Benefício Médio sofreu uma pequena redução, a razão de Contribuintes sobre Beneficiários se elevou substancialmente, sendo integralmente responsável pela melhoria da Saúde Financeira do INSS.

Fonte: Dataprev; PNAD; Elaboração própria

Aplicada metodologia de decomposição do número de contribuintes sobre os dados na PNAD, as tabelas 2 e 3 evidenciam, respectivamente, a composição e a participação de cada fator no crescimento ano a ano e total do número dessa variável. Uma análise preliminar permite duas conclusões: 1- O crescimento da População em Idade Ativa explica cerca de 25% da variação registrada do número de contribuintes; 2- Conforme se reduz sua taxa de crescimento, a PIA perde abruptamente participação do crescimento de Contribuintes, passando de mais de 40% no biênio 2003-2004 para menos de 15% em 2012 – ano no qual cresceu apenas 0,5%, enquanto a variação de contribuintes foi de 3,4%.

**Tabela 2: Taxas de Crescimento das Variáveis Selecionadas**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Taxa de Crescimento | Taxa de Formalidade | Taxa de Ocupação | Taxa de Participação | PIA | Contribuintes |
| 2003 | 2,6% | -0,6% | 0,3% | 1,7% | 4,0% |
| 2004 | 0,1% | 0,9% | 1,0% | 1,7% | 3,9% |
| 2005 | 1,8% | -0,5% | 1,6% | 1,7% | 4,7% |
| 2006 | 2,8% | 1,0% | -0,5% | 1,7% | 5,2% |
| 2007 | 3,9% | 0,3% | -0,4% | 1,4% | 5,3% |
| 2008 | 3,0% | 1,1% | 0,3% | 1,3% | 5,9% |
| 2009 | 2,7% | -1,3% | 0,4% | 1,1% | 3,1% |
| 2010 | 4,5% | 0,9% | -1,5% | 1,1% | 5,0% |
| 2011 | 4,5% | 0,9% | -1,5% | 1,1% | 5,0% |
| 2012 | 2,1% | 0,5% | 0,3% | 0,5% | 3,4% |
| Total | 32,3% | 3,2% | 0,1% | 14,2% | 56,0% |

Fonte: PNAD; Elaboração própria

**Tabela 3: Participação das Variáveis no Crescimento do Nº de Contribuintes**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Participação no Crescimento | Taxa de Formalidade | Taxa de Ocupação | Taxa de Participação | PIA | Contribuintes |
| 2003 | 65,2% | -16,1% | 8,8% | 42,1% | 100% |
| 2004 | 3,9% | 24,6% | 27,6% | 44,0% | 100% |
| 2005 | 39,1% | -9,9% | 34,0% | 36,8% | 100% |
| 2006 | 56,2% | 19,4% | -9,7% | 34,1% | 100% |
| 2007 | 74,9% | 5,7% | -8,4% | 27,8% | 100% |
| 2008 | 52,4% | 19,1% | 6,1% | 22,4% | 100% |
| 2009 | 90,0% | -42,2% | 14,7% | 37,5% | 100% |
| 2010 | 91,2% | 17,4% | -30,6% | 22,0% | 100% |
| 2011 | 91,2% | 17,4% | -30,6% | 22,0% | 100% |
| 2012 | 61,6% | 16,2% | 7,9% | 14,4% | 100% |
| Total | 57,7% | 5,8% | 0,1% | 25,3% | 100,0% |

Fonte: PNAD; Elaboração Própria

Já o gráfico 9 permite observar graficamente a relevância do Primeiro Bônus Demográfico sobre a Previdência Social, tendo permitido um crescimento muito mais robusto do número de contribuintes do INSS. Seu conteúdo também confirma a tendência de perda de relevância do crescimento do PIA, além de revelar as trajetórias coincidentes de aproximação das taxas de crescimento com e sem o PIA e as menores taxas de crescimento do número de contribuintes.

Fonte: PNAD; Elaboração Própria

A Tabela 4 expõe o resultado das decomposições das taxas de Formalidade, Ocupação e Participação entre efeito nível (não demográfico) e decomposição (demográfico) em relação às faixas etárias. Os resultados indicam variação extremamente semelhante resultante do segundo bônus demográfico nos três fatores de crescimento dos contribuintes, de respectivamente 2,4%, 2,3% e 2,7%. Enquanto na primeira variável, o efeito composição não teve peso significativo na variação, sendo o efeito nível (29,9%) o maior responsável pelo crescimento, na segunda variável esse primeiro correspondeu por quase ¾ da variação, enquanto na terceira variável o bônus demográfico foi não só foi maior, como compensou a variação negativa do efeito nível.

**Tabela 4: Decomposição das Variáveis em Efeito Nível e Efeito Composição**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Taxa de Formalidade | | Taxa de Ocupação | | Taxa de Participação | |
|  | Efeito Nível | Efeito Composição | Efeito Nível | Efeito Composição | Efeito Nível | Efeito Composição |
| 10 a 14 anos | 0,0% | 0,0% | 0,0% | -1,4% | -0,9% | -0,2% |
| 15 a 19 anos | 1,1% | -0,7% | 0,2% | -2,1% | -0,8% | -0,9% |
| 20 a 24 anos | 2,0% | -1,3% | 0,5% | -2,2% | -0,1% | -1,6% |
| 25 a 29 anos | 1,9% | -0,1% | 0,3% | 0,0% | 0,1% | -0,1% |
| 30 a 39 anos | 3,3% | 0,2% | 0,4% | 0,6% | 0,1% | 0,3% |
| 40 a 49 anos | 2,3% | 1,0% | 0,4% | 1,8% | 0,2% | 1,0% |
| 50 a 59 anos | 2,1% | 1,7% | 0,2% | 3,2% | 0,2% | 2,0% |
| 60 ou mais | 0,8% | 0,2% | 0,1% | 1,0% | -0,6% | 1,3% |
| TOTAL | 29,9% | 2,4% | 2,3% | 0,9% | -2,6% | 2,7% |

Fonte: PNAD; Elaboração própria

A Tabela 5, por fim, sintetiza o peso na variação do número de contribuintes do primeiro e segundo Bônus Demográfico, sem os quais a taxa de crescimento teria correspondido à quase metade da registrada no período. O resultado, portanto, expõe a significativa contribuição da demografia sobre a Previdência Social,

**Tabela 5: Crescimento do nº de Contribuintes com e sem Bônus Demográficos**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Variação Contribuintes | Tx. Form. | Tx. Ocup. | Tx. Part. | PIA | Total |
| Com Bônus Demográfico | 32,3% | 3,2% | 0,1% | 14,2% | 56,0% |
| Sem 1º Bônus Demográfico | 32,3% | 3,2% | 0,1% | 0,0% | 36,7% |
| Sem 2º Bônus Demográfico | 29,9% | 2,3% | -2,6% | 14,2% | 47,8% |
| Sem Bônus Demográfico | 29,9% | 2,3% | -2,6% | 0,0% | 29,4% |

Fonte: PNAD; Elaboração Própria

Cruzando os resultados da PNAD com os dados do INSS, pode-se realizar um exercício contrafactual no qual se evidencia a razão da arrecadação sobre a despesa com e supostamente sem o Bônus Demográfico. O Gráfico 10 revela, assim, que ao invés de se elevar para 96,1%, essa razão teria caído para 76,5%, mostrando que a melhoria da Saúde Financeira da Previdência deveu-se inteiramente ao Bônus Demográfico.

Fonte: Elaboração própria

O Bônus Demográfico, como afirmado por Mason (2005), é transitório e a velocidade de seu fim depende da velocidade com a qual se envelhece a população, passando de uma estrutura madura (com a maioria da população de 25 a 59 anos) para uma estrutura de maior peso da população idosa. O Brasil, como visto no Gráfico 7, passa hoje por uma veloz transição demográfica, na qual a idade média avança rapidamente, com claros efeitos sobre Previdência.

O Gráfico 11 revela taxas de crescimento cada vez menores da População em Idade Ativa, até o fim do primeiro Bônus Demográfico em 2030. Ao mesmo tempo, a população entre 25 e 59 anos, cresce a taxas decrescentes desde 2011, até chegar a uma variação de apenas 0,3% em 2032. Por fim, a população com idade acima de 65 anos continua a crescer em taxas superiores a 3% ao ano, e cada vez maiores desde 2008, configurando em um aumento cada vez maior da demanda pelo serviço da aposentadoria por idade.

Fonte: Projeções Populacionais (IBGE); Elaboração Própria

Conforme revelam os dados, o Bônus Demográfico será neutralizado em um horizonte de menos de 20 anos, e a demanda pelas aposentadorias por idade cada vez maior. Logo, a necessidade de repasses do Tesouro à Previdência Social será cada vez mais pesado, dificultando progressivamente a formação de poupança (Pessoa e Matos, 2014) e o *superávit* primário. É quase impossível, diante desse panorama, não se colocar em caráter de urgência a discussão de uma reforma previdenciária.

1. Conclusão

Este artigo teve como fim quantificar o efeito do Bônus Demográfico sobre a Saúde Orçamentária da Previdência Social entre 2002 e 2012, com foco no número de contribuintes. Após uma decomposição da razão da arrecadação sobre a despesa do INSS, foi possível também decompor a variação número de contribuintes, de 56% segundo a PNAD, entre quatro variáveis com diferentes trajetórias: Taxa de Formalidade, que cresceu 32,3%; Taxa de Ocupação, que cresceu 3,2%; Taxa de Participação, que cresceu 0,1% e; População em Idade Ativa, que cresceu 14,2%.

Enquanto sabe-se que o primeiro Bônus Demográfico corresponde a tal aumento expressivo da População em Idade Ativa - responsável por 25% da variação do número de contribuintes no período –, o segundo Bônus Demográfico, que representa um aumento da parcela da população madura (detentora de maior experiência e escolaridade), foi estimado com uma decomposição do efeito nível e efeito composição das primeiras três variáveis com relação a faixas de idade. Aufere-se que a Taxa de Formalidade teve um efeito composição, um indicativo do Bônus Demográfico, de 2,4%, a Taxa de Ocupação, de 0,9%, e, por fim, a Taxa de Participação, de 2,7%. Sem ambos os Bônus Demográficos, o número de Contribuintes teria crescido apenas 29,4%, e a razão de Arrecadação sobre Despesa da Previdência teria caído de 80% para 76,5%.

Portanto, os dados sugerem que o Bônus Demográfico foi responsável pela totalidade da melhoria da Saúde Orçamentária da Previdência Social nesse decênio. Este artigo, por se limitar a analisar o número de contribuintes, abre margem para a quantificação dos efeitos das mudanças demográficas nesse período em outras variáveis relevantes, tais como Salário Médio e número de beneficiários do INSS.

Os dados também sugerem um cenário bem menos animador prospectivamente, sendo previsto pelas projeções populacionais do IBGE um crescimento nulo da População em Idade Ativa a partir de 2030 (passando a diminuir já a partir de 2032), e um crescimento cada vez menor da população entre 25 e 59 anos, chegando à ínfima taxa de 0,3% de crescimento entre 2031 e 2032. Com isso, é provável que o Bônus Demográfico seja zerado em um prazo de menos de 20 anos. A situação torna-se ainda menos confortável para a Previdência Social ao ser levado em conta o número cada vez maior de idosos na população brasileira, que chegará a crescer 4,4% entre 2018 e 2021. O IBGE projeta uma participação de cerca de 20% da população acima de 60 anos em 2032, induzindo uma elevadíssima demanda por aposentadoria por idade.

Este artigo tem como proposta, diante dos dados, a colocação em caráter de urgência o debate de uma reforma previdenciária, de modo a mitigar o peso do INSS sobre as contas públicas. A proposta parte da interpretação desenvolvida acima de que fora o Bônus Demográfico a melhorar a Saúde Orçamentária da Previdência entre 2002 e 2012, e que este está diminuindo, portanto, é necessário se discutir como aplicar mais racionalmente tais transferências inter geracionais.

Bibliografia:

Abi-Ramia, M. (2014) “Salário Mínimo e Finanças Públicas” **Política de Salário Mínimo para 2015-2018: Avaliações de Impacto Econômico e Social**, Seminários FGV

###### Almeida, M. (2013) “O que limita o investimento público?” in ‘**Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes**’ Org. Pinheiro, A. C., Frischtak, C. R. Editora FGV

Barbosa Filho, F.H., Moura, R.L. (2012) “Evolução Recente da Informalidade no Brasil: Uma Análise segundo Características da Oferta e Demanda de Trabalho” Texto para Discussão n17, IBRE

Castelar, A.P., Giambiagi, F. (2012) “Além da Euforia – Riscos e Lacunas do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, Elsevier - Campus

Mason, A. (2005) “Demographic Transition and Demographic Dividends in Developed and Developing Countries” Working Paper NIA, R01-AG025488-01

Mason, A., Lee R. F. (2004) “Reform and support systems for the elderly in developing countries: capturing the second demographic dividend.”

Pêssoa, S., Barbosa Filho, F. H. (2012) “Uma análise da redução da taxa de desemprego” Working Paper 028, Rede de Economia Aplicada (REAP)

Pessoa, S., Matos, S. “Baixa Poupança: Incentivos ou Crescimento?” **Política de Salário Mínimo para 2015-2018: Avaliações de Impacto Econômico e Social**, Seminários FGV

Tiberto, B. P., Mendonça, H. F. (2012) “Social Security and Public Debt: Empirical Evidence for the Brazilian Economy” in Anais do XLI Encontro Nacional de Economia, Associação Nacional de Centros de Pósgraduação em Economia (ANPEC)

Saboia (2013) “O Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil no Período 2003/12” in Anais da 3ª Conferência do Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Turra, C. M., Queiroz, B. L. (2005). “Las transferências intergeneracionales y la desigualdad sócio-econômica en el Brasil: Una analasis inicial” Notas de Población

1. A primeira Transição Demográfica ocorre com uma crescente redução da mortalidade, acompanhada logo em seguida por uma redução da fecundidade, além de um expressivo aumento da expectativa de vida, gerando uma inversão da pirâmide etária, ou seja, no envelhecimento da população. [↑](#footnote-ref-2)
2. Os anos de 2012 e 2013 apresentaram crescimento recorde das despesas previdenciárias, que não puderam ser acompanhadas pelas receitas, ocasionando uma elevação expressiva do déficit do INSS. [↑](#footnote-ref-3)
3. Para neutralizar a incorporação dos municípios rurais da Região Norte na amostra da PNAD em 2004, o crescimento da PIA e da POP no ano referido foi obtido através de interpolação linear. [↑](#footnote-ref-4)
4. A descontinuidade entre 2007 e 2008 deve-se, segundo Giambiagi e Pinheiro (2012), a um crescimento real de 5,2% do PIB e uma queda de mais de 13% do número de benefícios do auxílio doença, obtida pelo melhor combate às fraudes. [↑](#footnote-ref-5)
5. Relação do número de contribuintes e da população ocupada. [↑](#footnote-ref-6)
6. A taxa de participação corresponde à proporção da População Economicamente Ativa (mão de obra potencial) em relação à População em Idade Ativa. [↑](#footnote-ref-7)
7. Em relação à terceira definição da taxa de informalidade correspondente à seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores). Para maiores detalhes, ver Ipeadata. [↑](#footnote-ref-8)
8. A População em Idade Ativa, segundo o IBGE, abrange a população de 10 a 65 anos. [↑](#footnote-ref-9)